



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00582814820198172001

ARUANA SEGUROS S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ARMANDO JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora requereu administrativamente indenização à ré, sendo realizada perícia a qual apurou lesão na coluna vertebral com repercussão intensa (75%), efetuando o pagamento no valor de R\$2.531,25:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA**DADOS DO SINISTRO****Número:** 3190353950**Cidade:** Paudalho**Natureza:** Invalidez Permanente**Vítima:** ARMANDO JOSE DA SILVA**Data do acidente:** 21/01/2019**Seguradora:** ALFA PREVIDENCIA E VIDA S.A.**PARECER****Diagnóstico:** Fratura de calcâneo direito, fratura de vértebra L4.**Descrição do exame físico:** vítima com consolidação alinhada da fratura de calcâneo, tem mobilidade preservada do pé, apesar de resistente ao exame. Apresenta perda da mobilidade do segmento lombar da coluna vertebral de grau grave, realiza flexão a 20 graus, lazeque negativo. Deambula com dificuldade, amparado por terceiros, incompatível com a lesão descrita.**Resultados terapêuticos:** Tratado cirurgicamente com artrotese de coluna e osteossíntese de calcâneo, evoluindo sem complicações. Fez fisioterapia. Alta há cerca de 30 dias.**Sequelas permanentes:** Perda funcional de 75% do segmento lombar da coluna vertebral**Sequelas:** Com sequela**Data do exame físico:** 30/07/2019**Conduta mantida:****Observações:** Nota do revisor - após avaliação da perícia e documentação optado por manter a valoração deferida pelo examinador**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.****DANOS**

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade do segmento lombar da coluna vertebral	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando lesão na coluna com repercussão total (100%) e no pé direito com repercussão intensa (75%).

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Outrossim, na hipótese de condenação, salienta a ré que o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.531,25.

DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL (LMI)

Cumprе salientar que a parte Autora **já recebeu indenizações relativas ao Seguro DPVAT, em face também de outros sinistros que somados chegam ao valor de R\$ 9.281,25 (Nove mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).**

Cumprе salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT . Verifica-se que o **limite máximo indenizatório é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ficando patente que o autor não possui direito à qualquer indenização.**

Abaixo, relação dos valores recebidos e os sinistros correspondentes:

Sinistro atual ocorrido em 21/01/2019 – pagamento no valor de R\$ 2.531,25.

Sinistro ocorrido em 24/07/2015 – pagamento no valor de R\$ 6.750,00.

Nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber a mais deste valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Desta forma, caso a ré seja condenada ao pagamento de complementação indenizatória à parte autora, requer seja observado o limite total de R\$13.500,00, já incluindo os valores anteriormente recebidos pela mesma.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 1 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE